

INTERESSADA: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DIRETA
PARECER: 281/NAJ-2022



Encaminharam os autos a este Núcleo de Análises Jurídico Administrativas – NAJ para exame da legalidade de contratação direta da empresa **CONTRACT TI SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**, por inexigibilidade de licitação, referente à participação do servidor **JOAQUIM SILVA MENEZES**, lotado na SETIC, nos “**Treinamentos em Mikrotik MTCNA, MTCSE e MTCRE, e MTCTCE**”, no modo telepresencial, das 9 às 18h (podendo estender-se até às 20 h), nas datas de 8 a 10/4/2022 (**MTCNA**), 14 e 15/05/22 (**MTCSE**), 3 a 5/6/2022 (**MTCRE**) e 25 e 26/06/2022 (**MTCTCE**).

A fim de atender as exigências dos artigos 45 a 47 da Portaria GP n 716, de 17/5/2019, os autos foram instruídos dos seguintes documentos:

a) – Documento de Oficialização de Demanda – DOD constando no item 2 motivação para atender o Planejamento Estratégico Institucional e o Plano Anual de Aquisições (fls. 1/2 e id 01);

b) – propostas contendo a programação do evento e o valor da inscrição com informação de que o curso será aberto ao público em geral, acompanhadas de certidões fiscais em plena validade, declarações de não empregar menor e de nepotismo, declaração de preço ofertado no mercado, atestado de capacidade técnica e notas fiscais de contratações semelhantes (fls. 11/31, 36, 43, 47/56, 58 e 62 ou ids. 4/6, 9 e 11/22);

c) – confecção de mapa de riscos (fls. 63/64 ou id 23);

d) – informação SçACS, sendo acolhida pela Secretária da Ejud, de que o evento visa cumprir o Plano de Capacitação de Servidores, justificativa da escolha com base na qualificação técnica e experiência da empresa e que o conteúdo programático atende a qualificação pretendida (fls. 65/68 ou id 24);

e) – finalmente, adequação orçamentária para custear o objeto (fl. 69 ou id 25).

É o relatório.

A priori, vislumbra-se a prescindibilidade de apresentação de TR/PB em razão do evento ser aberto ao público em geral, conforme previsão no § 5º do artigo 47 da Portaria Interna n. GP n. 716, de 17/5/2019.

Registre-se que a análise desta matéria limita-se ao conteúdo estritamente jurídico por este setor, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade do ato, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, sendo de responsabilidade do setor técnico (unidade demandante) informar e motivar com segurança se há necessidade de contratação e a verificação da compatibilidade de preços de mercado, conforme artigo 49 da Portaria n. 761, de 17/5/19, publicada dia 21/5/19.

Quanto à modalidade da pactuação adequada, registre-se que eventos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal são considerados, pelo artigo 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, como serviços técnicos profissionais especializados, para cuja contratação será inexigível a licitação, segundo o artigo 25, inciso II, do mesmo diploma legal, caso estejam presentes, no caso concreto, as seguintes condições:

(a) - o curso seja de natureza singular;

(b) - e envolva profissionais ou empresas de notória especialização.

Transcreve-se o teor dos mencionados dispositivos legais:

“Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”

“Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª. REGIÃO
PROAD-1160-2022

Tais termos foram reproduzidas na Súmula nº 252/TCU, o qual informou que “a inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos:

- a) - serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei;
- b)- natureza singular do serviço;
- c)- e notória especialização do contratado.”

A fim de atender as exigências da lei, na Informação/SçACS o setor técnico apresentou motivação fática e jurídica para formalizar tal contratação, menciona que a escolha da empresa ocorreu por atender ao Plano de Capacitação dos Servidores, por possuir habilitação ao fim pretendido (atestados de capacidade técnica e as certidões em plena validade), singularidade dos serviços (conteúdo programático que atende às necessidades deste tribunal) e notória especialização da empresa (experiência no ramo). Constam ainda notas fiscais para comprovar que o valor da proposta é compatível com o de mercado, inclusive declaração da empresa de que o preço ofertado é o mesmo usualmente praticado aos demais clientes. As referidas informações visam suprir as exigências dos incisos II e III do § único do artigo 26 da Lei de Licitações.

Pelo exposto, o NAJ opina pelo cumprimento do entendimento atual do TCU que considera que todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministração, inclusive a inscrição de servidores para participação de cursos aberto ao público em geral, bem como contratação de curso fechado, desde que fique caracterizada a singularidade dos serviços e a notória especialização dos profissionais, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, da Lei 8.666/93 - Decisões TCU 535/1996-Plenário e 439/1998-Plenário, neste caso, para 1 (uma) inscrição no valor total de R\$R\$ 3.917,76, em nome da referida empresa, conforme motivação do setor técnico e proposta nos autos.

Considerando que as certidões fiscais da empresa encontrarem-se em plena vigência, inclusive que há disponibilidade orçamentária para custear a contratação, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do artigo 47 da Portaria 716, de 17/5/2019, sugere-se encaminhar à Assessoria Administrativa da Presidência para análise da oportunidade e conveniência do ato, conforme Portaria 1178, de 8/5/13, e havendo autorização, ao (a) Diretor (a) da EJUD para proceder o enquadramento da despesa.

É a análise que realizamos por força da competência concedida pela Portaria 1654, de 23/08/2018, publicada dia 27/08/2018, em cumprimento ao artigo 53 da Resolução Administrativa n 104/2017.

Porto Velho, 18 de março de 2022.

Oswaldo Silva
Chefe do NAJ

Autenez Sales de Barros
Membro do NAJ